### **OUTRAS MATÉRIAS**

### PORTARIA Nº 135 DE 02 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PRO-FISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 01.01.2019, publicado no DOE Nº 33.771, de 02.01.2019.

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.960 DE 18/01/2018 e

CONSIDERANDO, o processo nº 2020/242457.

RESOLVE:

PRORROGAR a cessão do servidor MARCOS HENRIQUE CRISOSTOMO SAL-GADO, Identidade Funcional nº 57203796/1, ocupante do cargo de motorista, para a EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA-ÇÃO DO PARÁ - PRODEPA, com ônus para o órgão cessionário, no período de 31/03/2020 a 30/03/2022, 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, conforme art.3º parágrafo 1º do Decreto nº 1.960/2018, publicado no DOE nº 33.542, de 22/01/2018.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 02 de Abril de 2020.

CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY Secretário de Estado

Protocolo: 539154

# FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

#### TERMO ADITIVO A CONTRATO

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO** N° DO TERMO ADITIVO: 1° (PRIMEIRO)

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA FAPESPA/UEPA Nº 006/2019

CONCEDENTE: FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUI-

SAS - FAPESPA.

CNPJ: 09.025.418/0001-28

CONVENENTE: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA

CNPJ: 34.860.833/0001-44

OBJETO DO TERMO ADITIVO: 1) Prorrogação do prazo da vigência do Termo de Cooperação Técnica e Financeira FAPESPA/UEPA nº006/2019 por mais 06(seis) meses, passando a 08/10/2020; 2) Ajuste do item 3 - Cronograma de Execução do objeto (Meta, Etapa ou Fase), do Plano de Trabalho; 3) Alteração do item 4 - Descrição do Plano de Aplicação, do Plano de Trabalho e 4) Alteração da Subclaúsula Terceira, da Cláusula Terceira - Do Valor do Apoio e Condições.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA: Art. 9°-A, § 3° da Lei n° 10.973/2004, Lei da Inovação, Art. 38, § 2º do Decreto regulamentador nº 9.283/2018, Art. 57 da Lei nº8.666/93, Cláusula Sexta do Termo de Cooperação e Parecer Técnico nº 025/2020 - CPROJ/FAPESPA.

DATA DA ASSINATURA: de Abril de 2020. ORDENADOR RESPONSÁVEL: CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY-

DIRETOR-PRESIDENTE

Protocolo: 539099

## EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Nº DO TERMO ADITIVO: 3º - Nº DO CONTRATO: 034/2017 - MO-DALIDADE DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 031/2017 - PARTES: PRODEPA E SIDNEY SANTOS SOARES - ME - OBJETO E JUSTIFICATICATI-VA DO ADITAMENTO: Prorrogar o Prazo de Vigência; Preço e da Dotação Orçamentária; e Clausula Resolutiva - VALOR (R\$): 6.702,00 - DATA DA ASSINATURA: 26/03/2020 - VIGÊNCIA DO ADITAMENTO: 27/03/2020 a 26/09/2020 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.126.1508.8894 - 339040 -FONTE DE RECURSO: 0261 - ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCOS AN-TÔNIO BRANDÃO DA COSTA - ENDEREÇO DO CONTRATADO E CEP: sito à Caminho 21(feira IX), n.º 18 Salas, bairro Calumbi, telefone (75) 3491-8751, CEP: 44.009-270 - Feira de Santana / BA.

Protocolo: 539207

### **APOSTILAMENTO**

APOSTILA Nº. 064/2020 - OBJETO: adequação de dotação orçamentaria para 2020 - DATA DA ASSINATURA: 03/04/2020 - CONTRATO: Nº 008/2020 - METALÚRGICA JANUTT LTDA EPP - VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2020 - R\$ 241,999,00 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.722.1508.7669 - 449051 – 0660- Recurso Proveniente de Transferência – Convênios e Outros - Superávit - Ordenador de Despesa - MARCOS ANTONIO BRANDÃO DA COSTA.

Protocolo: 539004

## SECRETARIA DE ESTADO **DE ESPORTE E LAZER**

#### **PORTARIA**

## PORTARIA Nº 086/2020 - SEEL

Institui a Comissão de Avaliação e Monitoramento com a finalidade de avaliar e monitorar as parcerias com as organizações da sociedade civil. através de Termo de Colaboração ou Termo de Fomento, de que trata a Lei Federal 13.019 de 2014. RESOLVE:

Art. 1º A Comissão de Monitoramento e Avaliação tem por finalidade o monitoramento do conjunto de parcerias, a proposição de aprimoramento dos procedimentos, a padronização de objetos, custos e indicadores e produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, dando fiel cumprimento à Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, e ao Decreto nº 8.726/2016.

Art. 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será constituída por pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública federal.

Art. 3º Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - monitorar e avaliar a execução da parceria por meio do acompanhamento e da fiscalização realizados pelo gestor;

II - homologar o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação emitido pela Administração Pública Federal, nos termos do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014;

III - emitir relatório consolidado das atividades de cada reunião.

Parágrafo Único: A comissão poderá sugerir ajustes necessários à homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 4° Será impedido de participar da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos cinco anos, tenham participado como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da OSC, ou sua atuação no monitoramento e avaliação configure conflito de interesse e tenha participado da comissão de seleção, conforme o Decreto no art. 50 do n°. 8726/2016

Parágrafo único. Configurado o impedimento previsto no caput, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 5º As ações da Comissão de Monitoramento e Avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, e devem ser registradas na plataforma eletrônica, conforme preceitua o Art. 51 do Decreto nº. 8726/2016.

Art. 6° A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta pelos seguintes membros:

Coordenador: Erivelto Rodrigues Pastana - Matricula nº 5945680/1

Ruy Guilherme Amanajas Maues – Matrícula nº 6320945/3 Membro

Mario Antonio Pina Pacheco – Matrícula nº 5946859/1 – Membro Art. 7º O Secretário da SEEL no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no memorando nº 01/2020 – Comissão de Seleção e julgamento/SEEL, resolve tornar sem efeito a Portaria nº 25 de 05/07/2019, para que seja substituída pela Portaria nº 086/2020 de 30 de março de

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. 30 de março de 2020.

ARLINDO PENHA DA SILVA

Secretário de Estado de Esporte e Lazer - SEEL

Protocolo: 539060 PORTARIA Nº 85/2020 - SEEL

Institui a Comissão de seleção e julgamento de Chamamento Público e celebração de termos de fomento e parcerias de que trata a Lei Federal 13.019 a qual dispõe acerca do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

O Secretario de Estado de Esporte e Lazer, uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Lei nº 6.879 de 29 de julho de 2006, publicadas no DOE n° 30.714, de 30 de junho de 2006, a lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, e ao Decreto nº 8.726/2016, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando a necessidade de firmar termos de fomento e colaboração visando à promoção de ações e atividades voltadas ao interesse público em parceria da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer com entidades do terceiro setor;

Considerando que os atos normativos acima descritos determinam a instauração de uma Comissão de Seleção como órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos e os casos de dispensa ou inexigibilidade de chamamento público; RESOLVE:

Art. 1º Instituir, como órgão colegiado, Comissão de seleção e julgamento do Chamamento Público, bem como dos casos de dispensa e inexigibilidade, no âmbito dos Processos Administrativos, respeitadas as condições e os critérios de seleção estabelecidos no Edital de Chamamento respectivo, quando for o caso, ou das hipóteses de dispensa e inexigibilidade, bem como, responsável pela prestação de contas.